

ALGUNS PRESSUPOSTOS QUE SUSTENTAM O ATUAL CONCEITO DE SUPERDOTADO *

Cecília Irene Osowski**

RESUMO

Este artigo analisa criticamente o conceito do superdotado, visando a esclarecer pressupostos que sustentam o seu significado, atualmente. Examina os seguintes aspectos: superdotado e excepcionalidade; superdotado e subdotado, expectativas da sociedade em relação ao superdotado. Ao final são apresentados alguns pressupostos que exigem uma tomada de posição.

“Eu sou eu, e a minha circunstância”.

Ortega Y. Gasset

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho inicial, de aproximação do problema. Meu objetivo básico é examinar o que fundamenta o conceito corrente de superdotado.

Assumi uma abordagem crítica pois, conforme Apple (1982, p. 26) “para se adquirir discernimento, compreensão, da atividade desenvolvida por homens e mulheres em um período histórico específico, é preciso que se parta do questionamento daquilo que lhes é inquestionável”. Isso implica em *situar* o fenômeno em estudo num “campo de ação mais amplo de conflito econômico, ideológico e social” (Apple, 1982, p. 26). Para realizar essa tarefa, tomei como referência a seguinte indagação: Em que pressupostos se fundamenta o conceito de superdotado?

* Agradeço a orientação do Prof. Dr. Alceu Ferrari, da Faculdade de Educação - UFRGS.

** Doutoranda em Educação, Faculdade de Educação da UFRGS.

Para encontrar respostas adotei uma posição relacional, isto é, procurei ver o objeto de meus estudos nesse trabalho - o conceito de superdotado - a partir de suas relações no contexto social. Isso implica em ver “suas origens históricas, suas contradições latentes e tendências para o futuro” (Apple, 1982, p. 198).

Tentei encontrar informações - não respostas prontas e acabadas - que pudessem dar-me pistas para posicionar-me. Exponho, nesse momento, o resultado dessa busca que ainda continuará.

PROBLEMA

Basicamente, o problema delineou-se ao tentar responder a pergunta: Qual o significado de superdotado?

Ao examinar como, onde e com quais conotações esse conceito é utilizado, passei a formular algumas questões. Considero como uma de minhas tarefas questionar o que se toma como dado, como fazendo parte inquestionável do nosso linguajar e analisar suas relações com o que está sendo traduzido pela e na sociedade em que vivo, pois esta é uma das formas de assumir a educação como um ato político (Gadotti, 1978; Charlot, 1979; Freire, 1979). Embora sabendo que não esgotarei o tema, teço alguns comentários a partir da análise de conceitos retirados de documentos oficiais e da literatura pertinente.

Focalizo no trabalho aqueles aspectos que me pareceram como os mais importantes para explicitar os pressupostos que se encontram por detrás da expressão superdotado e que podem implicar em mais uma forma de controle social exercida pela escola, expresso através de um processo de rotulação. Segundo Apple (1982, p. 189) a rotulação “tende a funcionar como uma forma de controle social, um sucedâneo avaliativo para a longa linha de mecanismos com que as escolas procuram homogeneizar a realidade social, eliminar as percepções divergentes e empregar meios supostamente terapêuticos para criar consenso moral, ético e intelectual.”

Os aspectos abordados são os seguintes: superdotado e excepcionalidade na legislação, superdotado e subdotado; superdotado e normal; ser humano ideal e conceito de superdotado; expectativas da sociedade em relação ao superdotado e elementos para uma reflexão.

SUPERDOTADO E EXCEPCIONALIDADE NA LEGISLAÇÃO

Anterior à Lei de Diretrizes e Bases, conforme apresentado no Parecer 848/72 do Conselho Federal de Educação (CFE) "... a educação dos excepcionais era uma atividade igualmente "excepcional" cifrando-se a algumas escolas também "excepcionais" criadas em locais "excepcionais". Tudo era EXCEPCIONAL: a concepção, a política, a ação; e mesmo as iniciativas mais bem intencionadas, conquanto "excepcionais" só contribuíam para agravar marginalização dos infra e até dos superdotados". O caráter de excepcionalidade, entretanto, ainda perdura na Lei 4024/61, conforme é registrado no Parecer 848/72 do CFE uma vez que há abertura de títulos em separado para tratar a matéria o TÍTULO X e o próprio título "Da Educação de Excepcionais". Ainda, de acordo com esse Parecer, a Lei 5.692/71 já não reforça o caráter de excepcionalidade. O tratamento especial surge como uma necessidade decorrente das diferenças individuais e deve ser resolvido a nível de ensino regular. Entretanto, a excepcionalidade permanece, embora não reforçada na lei, à medida em que o número de superdotados é fator de exceção. Basta ver as estimativas percentuais que a maioria dos autores fazem sobre o número de superdotados: menos de 2% a 5% da população (Jackson, 1976; Martinson, 1976). Mesmo que esses números mudassem, o espírito elitista da lei manter-se-ia porque privilegiaria uma classe social: aquela que detém o poder cultural e que em última instância é a classe privilegiada economicamente. Essa idéia transparece na afirmação de Bourdieu e Passeron (1967, p. 37) "a origem social define as possibilidades de escolarização, determina modos de vida, e de trabalho completamente diferentes e é, entre os fatores que intervêm na configuração da vida escolar, o único cuja influência se irradia em todas as direções e alcança todos os aspectos da vida estudantil, começando pelo das condições de existência".

O Parecer nº 848/72 do CFE entende que a política nacional de educação dos excepcionais, através da Lei 5692/71 é de "definição do setor de excepcionais como um aspecto do ensino regular". Isto é compreendido no Parecer 658/77 do Conselho Estadual de Educação do RGS (CEE/RS); como uma política de integração. Entretanto, considerando-se o número de alunos que entram na 1ª série e os que conseguem terminar o 1º grau, diminuindo cada vez mais até chegar àqueles que se formam no 3º grau, verifica-se que a integração dos excepcionais no ensino regular está subordinada a uma política de "seletividade natural". Isto significa que de acordo com o

que é preconizado como resultado de diferenças individuais, alguns “naturalmente” terão sucesso nos estudos e outros não. Aquelas crianças que não conseguirem entrar na escola ou que não conseguirem ultrapassar a 1ª série do 1º grau formarão um “exército industrial infantil de reserva” apto a entrar precocemente no mercado de trabalho (...) e “condenadas ao subemprego” (Cury, 1980, p. 125).

Mais adiante, ainda no Parecer 658/77 do CEE/RS está registrado: “Se os fins da educação são os mesmos, não existe razão para que se estabeleçam opções entre a educação dos normais e a dos excepcionais: todos têm igual direito de acesso à educação”. Ninguém contestará que todos têm igual direito à educação, entretanto, o que é preciso verificar é a qualidade do ensino a que cada um *pode* ter acesso. Cunha (1981, p. 163), afirma que “a qualidade do ensino depende da classe social a que os alunos pertencem. Dito de outro modo, os estudantes provenientes de famílias de alta renda têm provavelmente um ensino de melhor qualidade do que o dos filhos de trabalhadores”. Se levar em conta que o Parecer nº 658/77 do CEE/RS afirma: “Tanto a educação regular como a educação especial visam à integração do aluno no grupo social a que pertence, através do desenvolvimento de suas potencialidades” então posso dizer que uma “ideologia dos dotes” (Bourdieu e Passeron, 1967) ou uma “ideologia das aptidões naturais” (Bisseret, 1979) perpassa a educação porque é afirmado que alguns “naturalmente” terão sucesso nos estudos e outros não, entretanto, examinando-se quem tem possibilidades de ter sucesso na escola verifica-se que:

- o acesso à educação é privilégio de alguns;
- o desenvolvimento das potencialidades será feito de acordo com a classe social;
- numa sociedade de classes como a nossa, onde uma minoria pertencente à classe dominante recebe privilégios culturais, caberá a essa minoria o desenvolvimento das potencialidades adequadas a manter o “status quo” desse grupo.

SUPERDOTADO E SUBDOTADO

No Brasil, o termo superdotado aparece por oposição a aluno deficiente ou com atraso pela primeira vez na lei 5692/71, no artigo 9º que diz o seguinte:

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação”.

Essa dicotomia entre alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais também chamados de infradotados, subdotados, alunos lentos e superdotados também chamado de aluno rápido aparece também em Pareceres e Resoluções, por exemplo: Parecer nº 848/72 do Conselho Federal de Educação (CFE); Resolução nº 130/77 e Parecer nº 658/77 ambos do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul.

Utilizar o termo superdotado contrapondo-se a infradotado ou subdotado implica em pressupor que todos são dotados, mas dentre esses alguns tem dotes a mais e outros a menos. Para Jackson (1976, p. 406) a existência de superdotados independeria inclusive da raça, etnia e classe social. Ele afirma: “Crianças superdotadas existem em todas as camadas sociais, em todos os grupos raciais e étnicos e procedem de todo tipo de família”. Entretanto, se há essa distribuição de superdotados entre as diferentes classes sociais, por que ao examinar o sucesso e o fracasso escolar verifica-se que as classes de menos renda, conforme Barreto et alii (1979) são as que denotam mais fracasso escolar (evasão, repetência, não conclusão do curso de 1º e 2º grau, etc.)? Haverá menos alunos dotados nessa classe social? Ou isto se relaciona com influências histórico-sociais que tentam justificar, em nome de aptidões naturais, as desigualdades escolares e sociais (Bisseret, 1979)? Bourdieu e Passeron (1967, p. 26) afirmam que “a eliminação que o sistema escolar leva a cabo, tende a ser tanto mais total quanto mais nos aproximamos das classes menos favorecidas”.

César (1982, p. 155) em trabalho realizado no Centro de Atendimento Psico-Pedagógico da Sociedade Pestalozzi do Brasil com crianças e adolescentes que apresentam distúrbios da conduta, sem retardo mental, afirma que “não se pode transportar o conceito usual de superdotado para crianças oriundas desta população de baixa renda e de nível sócio-cultural precário. Não encontraríamos nenhuma criança, provavelmente, que ultrapassasse em muito a média prevista nas avaliações psicométricas. (...) No entanto, numa análise qualitativa dos resultados, respostas inteligentes apareciam em meio ao insucesso global”. Segundo a autora citada, a carência precoce de estímulos, aliada às condições reais de sua existência, são determinantes do seu baixo desempenho.

Dessa forma, parece-me que a utilização do termo superdotado, contrapondo-se a subdotado ou infradotado, pressupõe a noção de que todo ser humano é naturalmente dotado, mas não o é igualmente. São imputadas às diferenças individuais a responsabilidade pelas desigualdades sociais.

SUPERDOTADO E NORMAL

No Parecer 658/77, do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEE/RS), opõem-se os termos normais versus excepcionais. Isso implica em que alguns alunos são normais, isto é, estão dentro dos padrões, da média e outros não o são, isto é, estão fora dos parâmetros estabelecidos, fora dos padrões, fora da média. É esta a idéia expressa também por Ottilia Antipoff (1976, p. 381) quando expõe o conceito de excepcional adotado pela Sociedade Pestalozzi do Brasil: “No termo excepcional estão incluídos aqueles classificados acima ou abaixo da norma de seu grupo, visto serem portadores de características mentais, físicas e sociais que fazem de sua educação um problema especial”. Entretanto, num País como o nosso em que muitos não conseguem ingressar na Escola e quando o fazem não acompanham a progressão regular, onde a repetência e a evasão atingem níveis muito elevados, onde há flagrante descompasso entre a escolaridade urbana e rural, apontar a normalidade como critério para identificar, por oposição, o excepcional, parece-me muito perigoso. Facilita, por exemplo, a identificação das causas do fracasso escolar percebidas sem grandes questionamentos pelos pais, professores e pelos próprios alunos como sendo por culpa desses últimos (Bonamigo e Penna Firme, 1980).

Conforme Baudelot e Establet (1981) a escola impõe a todos, como um ideal a alcançar, os resultados médios das crianças da burguesia. Entretanto, segundo meu ponto de vista, essa medianidade não satisfaz à própria classe burguesa, que deseja assegurar para as suas crianças níveis acima da média de desempenho. Impõe-se, então, que lhe sejam assegurados parâmetros mais altos. É aqui que entra a figura do superdotado. Na medida em que a origem social garante-lhe condições de sucesso e brilhantismo na escola, o aluno superdotado transforma-se no aluno ideal e por isso mesmo em “padrão de excelência” para todo o sistema. Passa-se, então, a buscar melhores escolas e modalidades diversas de atendimento como programas de enriquecimento, de aceleração, de atividades especiais, etc. (Brasil, MEC, CENESP, 1981; Novaes, 1979; Jackson, 1976). Mantêm-se assim as condições para proporcionar ensino da melhor qualidade para aqueles que pertencem à classe social privilegiada (Cunha, 1981).

Este “padrão de excelência” serve também como referencial para rotular os alunos. Desta forma, de acordo com seu desempenho escolar os alunos são classificados: os “normais” estudam e passam de ano; os “fracassados” estudam... estudam... repetem... repetem... e acabam saindo da escola e os “superdotados” estudam e passam de ano de forma brilhante, com condições que fogem ao comum.

Professores, alunos e a própria família não se dão conta de que o “padrão de excelência” preconizado é apenas um mito inatingível para a grande maioria dos estudantes. À medida em que não atingem o “padrão de excelência” os “fracassados” atribuem seu insucesso “à sua falta de inteligência, a sua incapacidade para aprender ao “miolo mole” (Cunha, 1981, p. 122). Estão assim legitimados, o sucesso e o fracasso escolar.

SER HUMANO IDEAL E CONCEITO DE SUPERDOTADO

Ao examinar as características de superdotado que estudiosos do assunto indicam (Martinson, 1976; Queiroz, e Ramos, 1976; Otília Antipoff, 1976; Dierberger e Rosenberg, 1976; Jackson, 1976; Novaes, 1976, 1979; Rosenberg, 1978) chamou-me a atenção a maneira como alguns autores o tem caracterizado. Por exemplo: Rosenberg (1978, p. 28) diz:

“O Superdotado médio, estatístico, é, de acordo com dados norte-americanos, superior em beleza, robustez, altura, saúde e resistência à fadiga! Mesmo quando mais jovem que seus colegas de escola, consegue um relacionamento social melhor que o comum e apresenta mais interesses em atividades sociais e cívicas que o normal. Tende a ser mais estável e menos propenso à delinquência que o indivíduo mediano. É, quando realizado, auto-suficiente, autodiretivo, independente, pouco submisso. Em relação à população geral, seus índices de tensão, ansiedade, insegurança e depressão estão abaixo da média. Demonstra também maior capacidade de autocritica, auto-avaliação, persistência, criatividade e aventura do que a média da população”.

Na caracterização apresentada podem ser detectados alguns problemas que destaco logo a seguir. Um deles é a reificação ou coisificação da pessoa, de forma que se pensa num rótulo ou num ser humano médio, escamoteando a realidade concreta, social e personalizada. Os professores passam a “enfrentar os estudantes antes como abstrações institucionais que como pessoas concretas com as quais mantêm laços reais no processo de reprodução cultural e econômica” (Apple, 1982, p. 200).

Outro aspecto é que essa caracterização impõe o povo norte-americano como parâmetro para identificar o superdotado das outras nações. Além disso não leva em conta as minorias raciais. Assim a dominação é legitimada, tanto externa como internamente, à medida em que os grupos não dominantes são discriminados.

Também se nota que esse superdotado médio comparado com o ser humano em geral apresenta condições acima da média naquelas características consideradas positivas para um povo e abaixo da média naquelas consideradas negativas. Da mesma forma que Ottilia Antipoff (1976, p. 382) Dierberger e Rosenberg (1976, p. 342) apoiadas em estudos de Keating, afirmam ser o bem dotado “um indivíduo harmonioso e emocionalmente equilibrado”. Seus desajustamentos que podem assumir um caráter dramático, devem ser “entendidos como situacionais, provocados por circunstâncias para eles intoleráveis”.

Martinson (1976, p. 438) ao caracterizar o superdotado registra entre outros aspectos: “como assinalam várias pesquisas, os bem-dotados são indivíduos complexos, altamente diferenciados, dispendo de ilimitados interesses e talentos”. Já imaginaram o significado para a sociedade de pessoas que possuam ilimitados interesses e talentos?

O Parecer 658/77 do CEE/RS apresenta um conjunto de características, para serem consideradas isoladamente ou em combinação, e que tem sido indicadas, entre outras, como identificadoras dos superdotados.

- “- aprendem a falar e a andar antes do tempo;
- tem peso, altura, resistência física acima da média em relação à idade cronológica;
- aprendem mais rapidamente e mais facilmente que os outros;
- retêm sem muito exercício de fixação;
- possuem vasto vocabulário;
- possuem superior capacidade para raciocinar, generalizar, abstrair e estabelecer relações;
- revelam uma gama de interesse muito variada;
- demonstram originalidade e iniciativa nas tarefas;
- revelam uma capacidade criadora especial”.

Segundo as caracterizações feitas por esses diferentes autores o superdotado seria um ser superior. Legitima-se a dominação de determinados indivíduos, classes sociais, etnias ou regiões sobre outros.

Otilia Antipoff (1976, p. 383) afirma que pensando numa definição a posteriori, “enfazando o sucesso profissional, considera-se bem-dotado o indivíduo que alcançou posição de destaque nas Ciências, nas Artes, na Política e nos demais ramos da atividade humana”.

Essa posição parece insustentável. Numa sociedade de classes os bem sucedidos profissionalmente são em sua grande maioria filhos de pais bem sucedidos. Isto ocorre porque é a posição que o pai ocupa, assim como o círculo de amigos que frequenta os elementos decisivos para obter um determinado lugar na sociedade. Títulos e condições pessoais são preteridos em função do poder econômico (Bourdieu apud Snyders, 1974, p. 332 - 4). Também não se pode esquecer a importância do “apadrinhamento” ou “a política de compadre” (Berger, 1976, p. 230) que permite a “criação de novos encargos para os amigos”. O que se nota é que o sistema favorece os favorecidos. Portanto, considerar-se bem-dotado o indivíduo que ocupa posição de destaque nas Ciências, nas Artes, na Política e nos demais ramos de atividade humana é critério que, por si e pelas suas implicações necessita de ser cuidadosamente ponderado.

O pretense vínculo entre superdotação e sucesso profissional dissimula outros aspectos importantes da questão, além daqueles acima examinados. Por isso, destaco alguns.

Não se pode negar a discriminação que ocorre entre as profissões e até mesmo dentro de uma mesma profissão a partir de critérios como, dentre outros, sexo, raça, fator geográfico. As profissões são consideradas hierarquicamente e aquelas que melhor remuneram ou que dão mais “status” são privilégio do sexo masculino. Nota-se também que as minorias étnicas a elas não tem acesso. E, finalmente, essas profissões encontram-se localizadas em zonas urbanas e em cidades com alto poder econômico. Como diz Freitag (1980, p. 65 e 66) a valorização do trabalho está relacionada à classe social, sendo que a classe dominante é a que detém o acesso às profissões consideradas com mais “status” e/ou que dão maior poder econômico.

Outro aspecto a considerar é o preconceito histórico-social contra o trabalho manual no Brasil, originado do “sistema econômico colonial brasileiro, baseado na escravidão” (Berger, 1976, p. 236) e que se reflete no valor atribuído às profissões.

Além do mais, que indicadores garantem sucesso profissional? Este é um aspecto extremamente importante da questão. Na medida em que a relação trabalho versus capital encontra-se invertida (Saviani, 1979, p. 48) os homens que trabalham gerando o capital são considerados como classe tra-

balhadora, e enquanto tal, profissionalmente aviltados. Em outras palavras, sob essas condições, quem tem sucesso profissional é quem detém o poder econômico.

A partir das dimensões abordadas até aqui pode-se dizer que por um lado há uma idealização do superdotado e por outro há uma expectativa de que ocupe posições de destaque. Em ambos os casos um grupo minoritário, que detém o poder cultural e econômico, é privilegiado.

EXPECTATIVAS DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO AO SUPERDOTADO

O que é esperado dos superdotados no desenvolvimento da sociedade atual e futura tem sido tema de vários estudos (Torrance, Bruch e Goolsby, 1976; Helena Antipoff 1976; Ottilia Antipoff, 1976; Ludwig, 1982; Freitag, Aguiar e Torres, 1982). Apresento a seguir algumas perspectivas apontadas em alguns estudos.

Helena Antipoff (1976, p. 424) e Ottilia Antipoff (1976, p. 381) apresentam os superdotados como uma “elite de alto gabarito intelectual e moral “ou” líderes do ano 2.000”. Considero oportuno, inicialmente, definir o que é entendido por elite. De acordo com Bottomore (1974, p. 7) “a palavra “elite” era empregada no século XVII para designar produtos de qualidade excepcional. Seu emprego foi posteriormente estendido para abranger grupos sociais superiores, tais como unidades militares de primeira ordem ou os postos mais altos da nobreza”. No pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (Ferreira, 1961, p. 437) elite significa “aquilo que há de melhor numa sociedade ou grupo; o escol, a flor; (sociol.) minoria prestigiada e dominante no grupo e constituída de individualidades merecedoras por si mesmas”. Portanto, utilizar o termo elite sem nenhuma pré-definição implica em aceitar os significados acima expressos. E o que os autores não questionam é: se os superdotados são o que há de melhor numa sociedade ou grupo, por que são os melhores? Quem os define como os melhores?

“Na medida em que se afirma que os superdotados são os “líderes do ano 2.000” coloca-se nas mãos de uma minoria uma tarefa que deveria ser de todos e para todos, se nossa sociedade não estivesse marcada pela divisão em classes e pelo relacionamento opressor versus oprimido”.

O problema nos estudos sobre superdotados é que se ignora ou se mascara a realidade referente à classe social. Como se dá esse mascaramento? Apresento a seguir algumas formas como é tratada a questão.

Do “Programa de enriquecimento de currículo para alunos bem dotados de 4ª e 8ª série do 1º grau” (Brasil. MEC. CENESP, 1980, p. 10) dentre os traços identificadores dos alunos bem-dotados intelectualmente destaca o seguinte:

“- os traços familiares do grupo bem-dotado são caracterizados por: pais de inteligência superior, pais com curso superior, nível sócio-econômico elevado, os padrões culturais da família tendem a encorajar a educação e a realização”.

Por que pais de inteligência superior? Problemas genéticos? Hereditariedade? Pedagógico, isto é, pais com inteligência superior criariam ambiente mais estimulador e interagiriam cognitivamente de forma mais produtiva com seus filhos?

Por que pais com curso superior? Afinal, a partir de estudos feitos, Freitag (1980, p. 65) afirma: “Comparando a seletividade entre nível médio e nível superior, verificamos que a participação da classe baixa diminui à medida que se ascende ao nível de instrução (...) Poderíamos assim concluir que direta e indiretamente a seleção feita pela escola privilegia sistematicamente os filhos de classe média e alta, à medida que ascendem verticalmente na pirâmide educacional”.

Por que nível sócio-econômico elevado? Se superdotado depende da classe social, então quais as possibilidades de ocorrência do que convencionalmente se chama superdotado nas classes que não tem nível sócio-econômico elevado?

Por que não se explicita no documento: quais são os padrões culturais da família? Que educação? Onde e como se daria essa realização? Além do mais, como estas questões se concretizariam nas famílias marginalizadas, se por definição estão à margem desses padrões?

O Parecer 658/77, do CEE/RS apresenta o conceito de superdotado de Leonard J. Lucito: “São superdotados os alunos cujo potencial está em nível superior, tanto no raciocínio produtivo como no crítico, de modo que se possa imaginar que serão os futuros solucionadores de problemas, os inovadores e os críticos da cultura, se lhes forem proporcionadas experiências educacionais adequadas”. Nesse conceito o que me chama a atenção é que, segundo o CEE/RS os superdotados seriam os “futuros solucionadores de problemas, os inovadores e os críticos da cultura, se lhes forem proporcionadas experiências educacionais adequadas”. Será que apenas o superdotado tem condições para tal? Se os superdotados fazem parte de uma minoria, quais seriam as implicações de uma posição como essa?

A idéia de que cabe aos superdotados a solução de problemas da nossa sociedade está claramente expressa também na afirmação de Carvalho (apud Barreto, 1982, p. 166): “O atraso tecnológico, cultural, artístico, político do Brasil em relação a outros países mais desenvolvidos poderia ser reduzido ou mesmo eliminado a médio prazo caso houvesse um programa específico para melhor aproveitamento dos talentos nacionais. (...) Trata-se sem dúvida de um contingente humano que representa gigantesco patrimônio de uma nação”.

O fundamental nessa afirmação é que o atraso brasileiro nos diferentes setores não é uma questão de ter ou não talentos. Importa saber: Por que não são valorizados os recursos humanos e naturais que temos? O que é feito em relação à Economia, Ciência, à Cultura, à Tecnologia, às Artes, à Política no Brasil? Além do mais, mesmo que aqui houvesse um número razoável de superdotados, o problema de dependência econômica não se resolveria; é uma visão unilateral e parcial da questão.

Relacionando-se essas afirmações com a seguinte, do Parecer 658/77, CEE/RS: “A valorização do superdotado tem implicações de grande alcance para os programas de desenvolvimento, com a aplicação de sua criatividade, no conhecimento científico e tecnológico do País, podendo surgir deste grupo, os líderes intelectuais da Nação”, percebe-se que há a tendência para a formação de uma meritocracia para dirigir o destino da sociedade. Essa mesma idéia transparece na literatura na medida em que os superdotados são apresentados como os possíveis solucionadores dos problemas futuros (Helena Antipoff (1976); Otilia Antipoff (1976). Como consequência essa posição leva a uma sociedade elitista, pouco participativa, enfim, uma sociedade não-democrática.

ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO

Decorrente da análise feita neste trabalho algumas idéias podem ser destacadas:

O conceito de superdotado apoia-se numa concepção de que algumas pessoas são superiores a outras, em função dos seus dotes, talentos, aptidões.

Esta superioridade está enraizada na própria natureza humana. As diferenças constatadas entre os grupos que compõem as frações da sociedade explicam-se “naturalmente” pelas condições pessoais: alguns são melhor aquinhoados de dotes, talentos e aptidões do que outros. Isto é a justificativa básica, embora não explicitada, para que uma educação elitista seja instituída.

São garantidas a esse grupo as condições para ter um ensino de melhor qualidade: melhores escolas, currículos enriquecidos, atendimento diferenciado, melhores professores, etc.

Essa concepção elitista da educação apóia-se numa visão não democrática da sociedade. Alguns poucos se destacam em relação aos seus dotes: a eles é reservado um papel especial, merecendo, inclusive, uma atenção especial por parte do sistema. Espera-se que esse grupo dotado de méritos controle os destinos da nação, resolva os problemas sociais, comande, dirija, governe... Está formada a meritocracia.

É exatamente esse grupo que dará a idéia de “padrão de excelência”. Esse “padrão de excelência” que se “concretiza” na figura de um ser humano ideal serve de alento a todos que buscam transformar-se nesse ideal, mas poucos o alcançam. Da mesma forma, é em nome desse “padrão de excelência” que se tentam as melhorias escolares. Elas atingem apenas aqueles que têm acesso às melhores escolas, isto é, aqueles que pertencem à classe dominante. Como são diretamente beneficiados ocorre um alijamento sistemático e intencional da classe dominada e dos diferentes grupos sociais que a compõem. Cada vez eles têm menos condições de participar efetivamente da sociedade. Mas como isso se dá de forma dissimulada, torna-se difícil detectar as verdadeiras causas, atribuindo-se seu fracasso à sua falta de dotes, talentos e aptidões.

De forma mascarada é veiculada a idéia de uma sociedade harmônica, como se todos tivessem e usufruissem dos mesmos direitos e condições, onde a igualdade e a liberdade estivesse equanimemente distribuída e exercida. As diferenças percebidas decorreriam de uma “ordem natural”. Nega-se e dissimula-se o papel que a classe dominante desempenha na sociedade. É ela que mantém o poder e os privilégios em detrimento da classe dominada. Ora, à medida em que a classe dominante é formada por uma pequena fração da sociedade, é de interesse dessa classe o aprimoramento apenas de um grupo restrito ou elite que mediante um processo de cooptação fortaleça os interesses dessa minoria. A classe dominante não deseja, portanto, que todos tenham dotes, talentos e aptidões, assim como também não pensa na distribuição igualitária de poder, bens econômicos e culturais para que todos possam ser dirigentes e/ou capazes de dirigir. Favorecer o processo de reprodução é a forma que encontra para manter os privilégios.

Na medida em que se mantém o conceito de superdotado fundamentado na exceção, adequado à uma determinada minoria e favorecedor de uma classe social toda e qualquer melhoria na escola para atendê-lo apenas

perpetuará diferenças sociais. Gramsci alerta para esse tipo de problema. Para superá-lo é preciso que a escola tenha como meta tornar o aluno “capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige” (Gramsci, 1978, p. 136). Essa é a educação que deve ser dada a todos, indiscriminadamente. A escola é não-democrática, não pelo fato de formar dirigentes, mas por limitar essa formação a um grupo determinado. Se a educação deseja ser democrática deve assegurar que “cada “cidadão” possa se tornar “governante” e que a sociedade o coloque, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais de poder fazê-lo” (Gramsci, 1978, p. 137). Nesse sentido a escola é elitista, não porque desenvolva os talentos, os dotes mas porque discrimina isto, de modo que apenas um grupo minoritário do povo parece possuir dotes, talentos, aptidões.

Também destaco como idéia dissimulada a concepção de divisão do trabalho que discrimina o trabalho braçal em relação ao intelectual. Este preconceito contra o trabalho manual leva a uma discriminação que se manifesta na própria formação do aluno. Há disciplinas que têm mais valor do que outras assim como escolas que tem mais “status” do que outras. De acordo com essa divisão aos dotes também serão atribuídos valores diferentes e seus possuidores serão agraciados com mais ou menos “status” dentro da sociedade.

Um outro aspecto que precisa ser examinado é a divisão entre trabalho e capital. Aqueles que detêm o capital econômico são também aqueles que detêm o capital cultural. Os dotes, talentos e aptidões decorrem, em sua grande maioria, de condições familiares e sociais. Assim, as classes dominantes são aquelas privilegiadas econômica e culturalmente. Com isso confirma-se o esperado: são poucos os elegíveis e então há “a eleição dos eleitos” (Bourdieu e Passeron, 1967).

Após essas considerações sinto-me mais comprometida em aprofundar os estudos sobre as diferenças de desempenho de cada um, tanto na escola, quanto na própria vida. Acredito que negar o problema, isto é, afirmar que todos são iguais perante a lei e portanto todos tem igual direito à educação, nada resolve. Da mesma forma, considero que também se nega o problema quando se afirma que cada ser humano é diferente e portanto naturalmente terá desempenhos diferentes. Para transcender essas duas afirmações é preciso buscar as raízes das diferenças individuais, e dos grupos. Necessito então, questionar a própria concepção atual de homem e de sociedade, assim como examinar explicações genéticas, culturais e outras que possam oferecer subsídios para uma tomada de posição em relação ao su-

perdotado. Como educadora não posso ficar à mercê do que é preconizado como natural, normal, obrigatório. Preciso ir além e ver de que forma estou contribuindo, juntamente com o sistema educacional e a própria sociedade, para perpetuar ou não o que atualmente é consagrado como superdotado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTIPOFF, H. O problema do bem-dotado no meio rural. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 61 (139): 417-28, jul./set. 1976.
- ANTIPOFF, Otília Braga. O bem-dotado e seu atendimento na fazenda do Rosário. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 61 (139): 381-90, jul./set. 1976.
- APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- BAUDELLOT, C. & ESTABLET, R. *La escuela capitalista*. México, Siglo Veintiuno, 1981.
- BARRETO, L. P. Uma experiência dedicada a profissionalizar os superdotados socialmente carentes. In: *Seminário Nacional sobre superdotados*, 4. Porto Alegre, 1981. *Anais*. Porto Alegre, Associação Brasileira para Superdotados, 1982, p. 165-6.
- BARRETO, E.S.; MELLO, G.N. de; ARELARO, L.; CAMPOS, Maria M. Malta. Ensino de 1º e 2º Graus: intenção e realidade. *Cadernos de Pesquisa, São Paulo* (30): 21-40, set. 1979.
- BISSERET, N. A ideologia das aptidões naturais. In: DURAND, José Carlos Garcia, org. *Educação e hegemonia de classe: as funções ideológicas da escola*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 30-67.
- BONAMIGO, E.M. de R. & PENNA FIRME, Thereza. Análise da repetência na 1ª série do 1º grau. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 5 (3): 223-57, set./dez. 1980.
- BOTTOMORE, T.B. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- BOURDIEU, P. & PASSERON, J.C. *Los estudiantes y la cultura*. Barcelona, Labor, 1967.
- BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei nº 4024/61 de 20 de dezembro de 1961. Fixa diretrizes e bases da Educação Nacional. In: RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação *Coletânea de Leis de ensino*. Porto Alegre, 1981, p. 9-15.

- BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 848/72 de 10 de agosto de 1972. Educação de Excepcionais. *Documenta*, Brasília (141): 241-4, ago. 1972.
- Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. *Documenta*, Brasília (129): 400-16, ago. 1971.
 - Lei nº 7044/82. Altera dispositivos da Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau. *Documenta*, Brasília (264): 156-8, nov. 1982.
 - Programa de enriquecimento de currículo para alunos bem-dotados da 4ª série do 1º grau, elaborado pela UFMG, Faculdade de Educação. Brasília, 1980. (Fundamentação teórica).
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Educação especial - superdotados; subsídios e recomendações gerais*. Elad. por Maria Helena Novaes Mira e Maria Yvonne A. de Araujo. Brasília, 1981.
- CÉSAR, Sarah Couto. Desenvolvimento das potencialidades da criança carente sócio-cultural. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE SUPERDOTADOS, 4. Porto Alegre, 1981. *Anais*. Porto Alegre, Associação Brasileira para Superdotados, 1982. p. 151-6.
- CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica; realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- CUNHA, Luiz Antonio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A democratização escolar no ensino fundamental e sua relação com o ensino superior. *Educação Brasileira*, Brasília, 2(5): 121-44, 2. sem. 1980.
- DIERBERGER, A. & ROSENBERG, R.L. Identificação de superdotados: um problema. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 61 1(139): 341-50, jul./set. 1976.
- FERREIRA, A.B.H. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. 11. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e sociedade*. São Paulo, Moraes, 1980.
- FREITAG, M.E.K.; AGUIAR, Y.Q.; TORRES, Y.M.P. O superdotado perante o século XXI. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE SUPERDOTADOS, 4. Porto Alegre, 1981. *Anais*. Porto Alegre, Associação Brasileira para Superdotados, 1982. p. 71-82.

- GADOTTI, Moacir. Revisão crítica do papel do pedagogo na atual sociedade brasileira (introdução a uma pedagogia do conflito). *Educação e Sociedade*, São Paulo, 1(1): 5-16, set. 1978.
- GRAMSCI, Antonio. *Os telectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- JACKSON, D.M. Educação diferenciada para o superdotado. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 61 (139):402-16, jul./set. 1976.
- HUSEN, Torstén. *Origem social y educaci3n*. Paris, OCDE, 1972.
- LUDWIG, R. Pronunciamento do Ministro de Educaç3o e Cultura por ocasi3o da abertura do IV Semin3rio Nacional sobre superdotados, em 21.10.81. In: SEMIN3RIO NACIONAL SOBRE SUPERDOTADOS, 4. Porto Alegre, 1981. *Anais*. Porto Alegre, Associaç3o Brasileira para Superdotados, 1982, p. 29-32.
- MARTINSON, R.A. An3lise de problemas e prioridades. *Revista Brasileira de Estudos Pedag3gicos*. Rio de Janeiro, 61 (139) 429-46, jul./set. 1976.
- NOVAES, Maria Helena. Caracter3sticas psicol3gicas do processo adaptativo dos superdotados. *Revista Brasileira de Estudos Pedag3gicos*. Rio de Janeiro, 61 (139): 359-66, jul./set. 1976.
- . *Desenvolvimento psicol3gico do superdotado*. S3o Paulo, Atlas, 1979. 176p.
- QUEIROZ, A.M. & RAMOS, J.P. Avaliaç3o psicol3gica do superdotado. *Revista Brasileira de Estudos Pedag3gicos*, Rio de Janeiro, 61 (139): 367-75, jul./set. 1976.
- . Resoluç3o n3 130/77, 25 de novembro de 1977. Separata de *Document3rio*, Porto Alegre (7): 206-211, 1980.
- RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educaç3o. Parecer n3 658/77, 25 de novembro de 1977. Separata de *Document3rio*, Porto Alegre (7): 212-230, 1980.
- ROSENBERG, Rachel Lia. *Psicologia dos superdotados; identificaç3o, aconselhamento, orientaç3o*. 2. ed. Rio de Janeiro, Jos3 Olympio, 1978.
- SAVIANI, Dermeval. A universidade e a problem3tica da educaç3o e cultura. *Educaç3o Brasileira*, Bras3lia, 1(3): 35-58, maio/agosto, 1979.
- SNYDERS, George. *Escola, classe e luta de classes*. Lisboa, Moraes, 1974.

TORRANCE, E.P.; BRUCH, C.B.; GOOLSBY, T.M. Os bem-dotados e o futuro. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 61 (139):325-40, jul./set. 1976.

ABSTRACT

This paper critically analyses the concept of gifted person in order to clarify the assumptions presently underlying its meaning, such as: gifted person and exceptionality; gifted person and handicapped person; society's expectations toward to the gifted person. Based on such a discussion, the author presents some other assumptions to be considered in the decision making related to the topic.

(Recebido para publicação em 13.12.84)